

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONOMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

KREIZE FERNANDA DE SOUZA

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O SERVIÇO SOCIAL
NA PERSPECTIVA DE UMA ECONOMIA EM CONSTRUÇÃO:
O GRUPO DE PRODUÇÃO SÃO LUCAS

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 03/12/04

p/ Cristina
Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

Florianópolis, 2004

KREIZE FERNANDA DE SOUZA

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O SERVIÇO SOCIAL
NA PERSPECTIVA DE UMA ECONOMIA EM CONSTRUÇÃO:
O GRUPO DE PRODUÇÃO SÃO LUCAS**

Trabalho de Conclusão do Curso de
graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito à obtenção
do título de Assistente Social.

Orientadora: Prof^a Msc Luciana
Ronconi

Florianópolis, 2004

KREIZE FERNANDA DE SOUZA

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O SERVIÇO SOCIAL
NA PERSPECTIVA DE UMA ECONOMIA EM CONSTRUÇÃO:
O GRUPO DE PRODUÇÃO SÃO LUCAS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.



Luciana Francisco de Abreu Ronconi
Prof.^a Ms. Orientadora

Maria Dolores Thiesen
Prof.^a Ms. do Departamento de Serviço Social



Carla Cristiani de Oliveira Guimarães
Assistente Social

Florianópolis, dezembro, 2004.

"Solidariedade nem se ensina ,nem se ordena, nem se produz..

Solidariedade é um sentimento que nos torna humanos"

(Rubem Alves)

*Dedico este trabalho aos meus pais que, sempre ao meu lado,
conquistam mais uma etapa desta caminhada
de dedicação, coragem e muita fé.*

AGRADECIMENTOS

Neste importante momento, agradecer em palavras é o pouco que posso fazer para todos e todas aqueles que fizeram parte desta construção e continuam fazendo parte da minha vida...

... a vocês, Mãe e Pai, obrigada por terem me dado a vida, mesmo com tantas dificuldades. Obrigada por cada momento construído junto, cada passo dado, cada sorriso, abraços, conselhos, enfim, realmente hoje vejo que tudo que fiz, ou melhor tudo que fizemos foi para o meu bem;

... a você minha irmã, apesar de tantos desencontros, correrias, diferenças e com certeza semelhanças, meu muito obrigada, pois um pouco do que sou hoje é um pouco de você;

... aos meus amados sobrinhos e afilhado obrigada pelos sorrisos, brincadeiras, e por terem entendido minhas ausências;

... ao meu amado noivo e sua família, obrigada pelos momentos compartilhados, pela paciência, pelo carinho, e principalmente ao meu noivo por me fazer crescer como pessoa e como mulher;

... aos meus familiares, padrinho, madrinhas, tios, tias, primos e primas, obrigado pelas palavras de coragem, orações e força positiva;

... aos meus amigos, principalmente os pejoteiros e pejoteiras, obrigada pela compreensão, pelo apoio, confiança e companheirismo;

... obrigada a Universidade Federal de Santa Catarina, pela formação acadêmica, ao Departamento de Serviço Social pelas lutas e conquistas, e em especial a professora Luciana, por toda orientação e amizade, pois apesar dos desencontros, conseguimos chegar até aqui;

...um obrigado muito especial as Assistentes Sociais Carla e Simone, pelo companheirismo, responsabilidade, amizade, orientação e principalmente por reafirmarem o compromisso de SER Assistente Social;

... e outro ainda mais especial a ASA, pela oportunidade de estágio, e ao Grupo de Produção São Lucas por todo aprendizado, carinho e amizade;

... e mais uma vez, obrigada Senhor pelo dom da vida, por estar sempre ao meu lado, guiando meus passos e me ensinando que viver é mais que sorrir, chorar, estender a mão...

...Viver é antes de tudo ter paciência, fé e saber perdoar.

Valeu pessoal!!! Muito Obrigada.

RESUMO

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DE UMA ECONOMIA EM CONSTRUÇÃO: O GRUPO DE PRODUÇÃO SÃO LUCAS

No contexto atual, é visível o crescimento do desemprego, numa sociedade que anseia por direitos sociais, econômicos, culturais, políticos e principalmente por um trabalho digno, que valorize e respeite o ser humano, como pessoa de direitos e deveres. Apesar de estarmos inseridos numa sociedade regida pela cultura da competição e da exploração, é preciso acreditar e buscar uma nova lógica econômica, pautada nos valores da cooperação e da solidariedade, na busca constante da inclusão social através da garantias de políticas públicas, tendo presente uma resposta autêntica às demandas sociais, no desenvolvimento sócio econômico e na formação de novos atores sociais. Essa pesquisa vem trazer alguns elementos, conceitos, da concepção de uma economia solidária, o seu surgimento e atual conjuntura. Sendo resultado do acompanhamento feito ao grupo de produção São Lucas, da comunidade Jardim Saveiro do município de Biguaçu. E nesta ampla e nova questão, das experiências de economia solidária, respaldamos a expressiva atuação do profissional do Serviço Social na promoção de políticas sociais. Sendo que a partir da questão social posta, vem minimizar as árduas conseqüências do sistema capitalista, como o desemprego e as desigualdades sociais.

Palavras – chaves: economia solidária, grupos alternativos e Serviço Social

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1.....	40
Ilustração 2.....	41
Ilustração 3.....	41
Ilustração 4.....	42
Ilustração 5.....	43
Ilustração 6.....	46

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	5
1 INTRODUÇÃO.....	6
1.1 Organização do trabalho.....	7
1.2 Apresentação do tema.....	8
1.3 Justificativa.....	9
1.4 Objetivos.....	10
1.5 Procedimentos metodológicos.....	11
2 CONTEXTUALIZANDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA	
2.1 O contexto histórico.....	15
2.2 A economia solidária no Brasil e em Santa Catarina.....	25
2.3 A Ação Social Arquidiocesana - ASA e a experiência em economia solidária.....	31
2.3.1 Caracterização do Serviço Social.....	37
2.3.2 Perfil dos usuários da instituição.....	38
3 O GRUPO DE PRODUÇÃO SÃO LUCAS Uma perspectiva de economia solidária de construindo	
3.1 A história do grupo - e a participação na comunidade.....	40
3.1.2 A intervenção do Serviço Social na organização do grupo de produção.....	49
3.2 Apresentação da pesquisa.....	52
3.3 Perspectivas e desafios: o Serviço Social nas experiências de economia solidária.....	54
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63
6 APÊNDICE.....	66

1 INTRODUÇÃO

1.1 Organização do Trabalho

Neste primeiro capítulo apresentaremos o tema (trazendo a dimensão da economia solidária como alternativa de enfrentamento ao desemprego), justificativa, objetivos, e procedimentos metodológicos deste trabalho.

No segundo capítulo, contextualizando a economia solidária, estão algumas referências teóricas que giram em torno da temática. Será abordado o contexto histórico, brasileiro, a organização deste modelo em Santa Catarina, bem como o trabalho realizado pela Ação Social Arquidiocesana – ASA.

No capítulo seguinte, a experiência junto ao grupo de produção São Lucas do município de Biguaçu, sua história, desafios e conquistas, abordando as questões práticas e principalmente a atuação do profissional do Serviço Social.

Apresentaremos ainda a relação do grupo de produção com a comunidade e a proposta da economia solidária, através de um questionário semi-estruturado realizado com o grupo São Lucas, a comunidade e a paróquia. Este apresenta questões que procuram identificar se o modelo de economia solidária é favorável e se responde às demandas aqui colocadas.

Abordamos também a importância do papel do assistente social, atuando nos espaços dos grupos alternativos, numa constante busca pela conquista de direitos e inserção no mercado de trabalho.

Completando, as considerações finais vêm trazer algumas reflexões e pistas de ação, frente à temática da economia solidária, na lógica solidária e participativa. Seguimos com as referências bibliográficas que permearam e deram base ao trabalho desenvolvido nesta pesquisa, e apêndice.

1.2 Apresentação do tema

As contradições postas pelo capitalismo edificam hoje, uma sociedade excludente, individualista e literalmente desigual. As conseqüências são cada vez mais emergentes e comungam disto a exploração do trabalho, o aumento da pobreza, da violência, e principalmente o desemprego.

Acentuamos, que o “caminhar” da situação econômica, revela que estamos envoltos num modelo capitalista, neoliberal e globalizado, que revela questões sociais cada vez mais emergentes, como o desemprego e a violência, minando arduamente o desenvolvimento da sociedade. De acordo com Melo Neto e Magalhães (2003, p.41) “o desenvolvimento nada mais é do que um processo contínuo onde os cidadãos são sujeitos ativos da sua história, construída no cotidiano, com a consciência de seus problemas, desafios e potencialidade”.

Este desenvolvimento é parte do que caracterizaremos como economia solidária, numa visão ampla de construção participativa da cidadania, viabilizando instrumentos para uma organização popular e transformadora.

Portanto, podemos perceber diante das questões postas pelo sistema capitalista, que o desemprego “desenha” hoje um quadro social precário, com poucos recursos, e que, geralmente, traz sérias conseqüências como o aumento da violência, a marginalização, entre outros.

No enfrentamento da questão social desemprego, apresentaremos neste trabalho um outro modelo de economia, definida por alguns autores como: *economia solidária*.

1.3 Justificativa para escolha do tema

O tema escolhido para esta monografia é relevante, pois a economia solidária compreende hoje uma alternativa de trabalho que visa o auto-sustento, bem como a inserção nos espaços de discussão de políticas públicas, objetivando uma sociedade mais humana, solidária e participativa. Uma forma de economia possível, que vem aos poucos se constituindo com estratégias, ainda focalizadas na sociedade capitalista, na perspectiva de construir uma sociedade baseada nos princípios da igualdade e da solidariedade.

O estudo deste modelo de economia, solidário, participativo e igualitário, mostra-se cada vez mais importante, pois é visível o crescimento do desemprego, e conseqüentemente da violência, da marginalização, decorrente de uma sociedade capitalista, individualista e discriminatória.

Compreendemos que para a constituição de uma economia solidária, é preciso resgatar a cidadania, a dignidade e a consciência de participação da sociedade. Uma participação efetiva nos espaços de discussão de políticas públicas, com a proposta da transformação social e da construção de novas relações entre as pessoas, minimizando pré-conceitos e desafios, tanto no âmbito econômico, quanto social e cultural.

Pretendemos sensibilizar a sociedade civil na construção de alternativas de trabalho e renda, instigando assim novas práticas de inserção no mercado de trabalho, com a presença ativa do profissional do Serviço Social, proporcionando um novo olhar sobre os grupos alternativos e construindo, através da economia solidária, um jeito diferente de fazer economia.

Dessa forma, o tema deste trabalho, poderá contribuir para o Serviço Social na perspectiva de construções teóricas sobre a economia solidária e na perspectiva de sua prática profissional na área do trabalho.

1.4 Objetivos da pesquisa

10

Objetivo geral: discutir a economia solidária, e a atuação do profissional do Serviço Social nessa área, tendo como respaldo a experiência com o grupo de produção São Lucas de Biguaçu.

Os objetivos específicos:

- Discutir o tema economia solidária como alternativa de trabalho e renda;
- Fomentar a participação da sociedade civil na construção e concretização de políticas públicas, através de debates nos grupos alternativos;
- Cooperar com a discussão sobre os grupos alternativos, que buscam construir através da economia solidária, um jeito diferente de fazer economia, baseada nos princípios da justiça e solidariedade;
- Discutir a importância do profissional do Serviço Social em experiências de economia solidária.

1.5 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos compõem estruturalmente o tipo de pesquisa e método de abordagem, as técnicas de levantamento de dados, os instrumentos de coleta de dados e o processo pelo qual se desenvolveu a entrevista.

A forma escolhida para a realização da pesquisa, foi de natureza qualitativa e teve caráter exploratório e descritivo. Na busca de referenciais teóricos foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, e o levantamento de dados foi realizado através da pesquisa de campo e entrevistas semi-estruturadas junto ao grupo de produção, à comunidade, à paróquia e à ASA.

Esta caracteriza-se como qualitativa por apresentar questões presentes no grupo, buscando compreender a realidade, o contexto, as relações, desafios e conquistas. Trazendo presente os sonhos, o pensar, o ser e o mudar de cada pesquisado, sua visão de mundo e de transformação a partir da economia solidária.

Segundo Minayo (1994, p. 22), a pesquisa qualitativa tem a capacidade de aprofundar-se “no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

A pesquisa de natureza qualitativa possibilita a análise das relações que permeiam a sociedade, assim como a análise das organizações, dos grupos e dos indivíduos, na sua complexidade e unicidade. Ela tem assumido um papel fundamental no sentido de estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e as relações sociais estabelecidas por eles em diversos ambientes (GODOY, 1995).

A questão exploratória consistiu na busca de informações para a análise dos dados, através dos relatórios e pesquisa bibliográfica que, segundo Minayo (1994, p. 97), “é capaz de

projetar luz e permitir uma ordenação ainda imprecisa da realidade empírica”, permitindo analisar questões teóricas e empíricas e compreender as diversas relações construídas com o grupo, a comunidade e o profissional.

E ainda é exploratória porque permite aumentar a compreensão do investigador em relação ao problema, assim como esclarecer e modificar conceitos e idéias; é exploratória, pois “começa com um plano incipiente, que vai se delineando mais claramente à medida que o estudo se desenvolve” (LUDKE e ANDRÉ, 1996, p. 21). E também porque a investigação é realizada “em área com pouco conhecimento acumulado e sistematizado” (VERGARA, 1998, p. 45).

É portanto descritiva, no sentido de descrever o grupo, sua história, contexto, vivências, entre outros. E semi-estruturada pois a entrevista foi realizada através de algumas questões pré-elaboradas, que nortearam a pesquisa.

Como instrumentos de coleta e análise de dados foram utilizados o diário de campo, relatório de estágio e, em grande parte, a vivência junto ao grupo de produção que permitiu a troca de experiências e a constituição do grupo de produção São Lucas. E ainda, foi aplicado um questionário (conforme modelo no apêndice) com o grupo, a comunidade, o Pároco e a assistente social que esteve presente em todo o processo, sendo qualificado como uma entrevista semi-estruturada.

Procuramos, no decorrer dos trabalhos, adotar um processo participativo, através de reuniões, seminários, feiras, entre outros. Promovendo constantemente a divulgação de informações e a troca de experiências entre os participantes, possibilitando o exercício do censo crítico e a integração.

Quanto ao processo da entrevista, o objeto de estudo foi a economia solidária, centrada nos grupos alternativos de geração de trabalho e renda, especificamente o grupo de produção São Lucas.

O questionário foi aplicado aos participantes do grupo São Lucas, atualmente quatro pessoas, por uma pessoa da comunidade que acompanha os trabalhos, pelo Pároco da Igreja Matriz, e pela assistente social da ASA que acompanhou o estágio e o processo de organização do grupo de produção.

O processo de aplicação do questionário se deu de forma simples e livre, em que cada entrevistado teve a liberdade de responder as questões pré-elaboradas. Um momento de grande importância que, somou forças e trouxe um novo olhar sobre a organização do grupo, a proposta da economia solidária e as formas de apoio. O acompanhamento realizado foi imprescindível, pois possibilitou conhecer a trajetória de vida dos participantes, entender a dinâmica do grupo e de que forma poderíamos intervir.

O primeiro passo dado foi em 2001, no trabalho desenvolvido pela acadêmica na Ação Social Paroquial de Biguaçu, com a articulação da Pastoral da Criança, na comunidade Jardim Saveiro. Essa articulação deu-se a partir do conhecimento da comunidade (levantamento sócio-econômico, dados elaborados pela ASA e pelos agentes comunitários de saúde), formação com algumas mulheres da comunidade para o trabalho de líder da Pastoral da Criança, cadastro de crianças de 0 a 6 anos, reuniões mensais, pesagem das crianças cadastradas e atividades que envolvem as crianças e seus familiares, mobilização da comunidade para auxiliar famílias com dificuldades (comida e roupa), entre outras.

Em meados de 2002, começou-se a formar um grupo de mulheres com trabalhos manuais, já objetivando uma forma de renda para as famílias carentes. Essa experiência

permaneceu por um ano e, em 2004 temos a organização do "grupo do macarrão", que surgiu para suprir a necessidade de algumas famílias com crianças desnutridas e amenizar os custos com a alimentação.

A partir desta idéia, somou-se esforços com a ASA e a paróquia, para a organização de um grupo de geração de trabalho e renda, baseado nos princípios da economia solidária. Pois acreditamos que a solidariedade, a partilha, a busca da cidadania, da concretização de direitos, são fatores que estiveram e ainda estão presentes nestas pessoas; surgindo assim a possibilidade de acompanhar o grupo no campo de estágio.

Contudo, realizamos reuniões semanais, seguidas de um acompanhamento sistemático: de conhecimento da economia solidária, de construção coletiva do projeto, de planejamento de atividades, aumentando o vínculo com a comunidade e com o grupo que atualmente já possui certa autonomia em suas ações.

Assim, foi através desses aspectos que conseguimos visualizar as pequenas ações da economia solidária, a qual apresentamos no capítulo seguinte.

2 CONTEXTUALIZANDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1 O Contexto histórico

Apresentamos neste capítulo o contexto pelo qual desenvolveu-se, o que nesta pesquisa denominamos de economia solidária, entendida por alguns autores, também, como *socioeconomia solidária*, *economia popular*, *economia popular solidária*, ou simplesmente *economia solidária*.

Alguns pesquisadores formularam também o conceito de *empreendimento econômico solidário* (EES), reunindo as diversas características consideradas na bibliografia sobre autogestão e cooperação, que apresentado por Gaiger gira em torno de alguns princípios:

as propriedades de um EES giram em torno de oito princípios, que se espera ver internacionalizados na compreensão e na prática das experiências associativas: *autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social* (GAIGER, 2004, p.11).

E através desses princípios, respaldamos a importância da economia solidária, principalmente por trazer um caráter democrático e participativo.

Segundo Cattani apud Arruda (2003, p.232) o termo *socioeconomia solidária* "equivale à economia solidária, tendo como única diferença a ênfase no sentido social que deve ter a verdadeira economia - aquela que é fiel ao seu sentido etimológico - *gestão, cuidado da casa e, por consequência, dos que nela habitam*".

A *economia popular*, é entendida por Icaza e Tiriba apud Gaiger como

o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais (GAIGER, 2003, p.101)

Percebemos já nessas expressões de uma outra economia possível, uma aproximação dos conceitos, no sentido de realmente construir uma nova prática econômica, baseada nos princípios da solidariedade, da justiça, da equidade, e na promoção da vida para o conjunto da sociedade, ou seja, para todos.

A *economia popular solidária* é um termo que está mais presente nas organizações ligadas à Igreja Católica. É uma terminologia utilizada pela Cáritas Brasileira -Organismo da Igreja Católica, que desenvolve programas e projetos sociais em diversas áreas, e que está presente em quase todos os estados brasileiros. Sendo que o conceito de economia popular solidária segue o mesmo conceito da economia solidária. Entendendo-a como "produção que surge para melhorar a qualidade de vida das pessoas, que encontram novamente estímulo ao trabalho, resgatando sua cidadania" (OLIVEIRA, 2001, p.10).

A economia popular solidária está em ir além do econômico, na viabilização de instrumentos de organização social, de cidadania e educação popular, numa metodologia participativa e transformadora (SILVA, 2003, p.72).

Compreendendo a economia solidária, citamos Verano Paez apud Arruda , que a traz a num conceito de “multidimensionalidade” em que um dos objetivos é

estabelecer o sistema nacional de organização produtiva em que todas as pessoas em idade ativa assumam seu autodesenvolvimento pessoal e familiar mediante sua integração na organização econômica e social, segundo sua profissão (...);democratizar a propriedade, a economia e o poder mediante o fortalecimento de um forte setor de economia solidária, na perspectiva da construção do *Estado Social de Direito* (...) fundado na centralidade da pessoa humana, na família, na comunidade e no município, e no trabalho humano como fonte inesgotável para o desenvolvimento social, econômico, cultural e político do ser humano, dos povos e nações (ARRUDA 2003, p. 233).

Para o autor a economia solidária “são práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por novos valores culturais que colocam o ser humano, e não o capital e sua acumulação, como sujeito e finalidade da atividade econômica” (ARRUDA, 2003, p.30).

No contexto global, na idéia de "globalização da economia solidária", temos configurado um "novo cooperativismo" entendido na linha da autogestão ou popular, a qual consiste a dificuldade maior do capitalismo, em conter a grande massa de desempregados e insatisfeitos. E para que essa globalização aconteça é preciso, que haja um certo equilíbrio, diante de tantas transformações sociais, já que as experiências solidárias “implodiram porque superdimensionaram o coletivo, e o capitalismo é o que é porque valoriza apenas o individual” (ARRUDA, 2000, p. 04).

Com isso, o mesmo autor propõe que a mudança social pode se dar a partir de três dimensões:

Econômica - viabilidade econômica através de sistemas associativos capazes de gerar bons negócios pautados pela satisfação dos participantes - e não pelo conceito do maior lucro possível.

Política - Conscientização, consolidando a nova forma solidária de poder, principalmente pela atuação dos sindicatos.

Educacional - luta por uma formação voltada para o desenvolvimento integral das pessoas e das comunidade e também o desafio de neutralizar o poder hegemônico dos agentes da globalização competitiva, mediante o estabelecimento de meios de comunicação alternativa.

Portanto, concordamos que essas dimensões são pressupostos de uma economia baseada na solidariedade, na busca da cidadania, e que devem ser trabalhados na premícia da organização dos grupos alternativos.

Seguiremos com a idéia apresentada por Singer (2002), no que diz respeito à *economia solidária*, como *alternativa superior ao capitalismo*, uma resposta às contradições postas pelo atual sistema.

A lógica capitalista, da competição, tem em seu meio ganhadores, perdedores, hierarquia e desigualdades. Diferente disto, está a proposta da economia solidária, em que governam a cooperação, a igualdade, a autogestão e a democracia.

O sentido da economia solidária está em cooperar e não competir, está em romper com práticas de mando de patrões, ou seja, todos são co-responsáveis e construtores da mudança, para a igualdade de direitos. Apresentam portanto, uma característica primordial nos empreendimentos solidários: a autogestão.

Para Singer (2002, p.19) “a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas do seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais” . Por vezes esse fator parece ser desestimulante, porém, há de concordarmos com o autor que esta preocupação com o todo contribui para a cooperação entre os sócios, bem como a articulação da própria empresa, sem resquícios de “ações capitalistas”, centradas na competitividade e na desigualdade. E ainda, porque:

a autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária (SINGER, 2002, p.21).

Ainda no campo da autogestão, Albuquerque (2003, p.20) reforça esta concepção entendendo-a como um conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela "natureza democrática das tomadas de decisão que propicia a autonomia de um "coletivo". É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre as pessoas e/ou grupos". O que nos leva a compreender a importante presença deste fator nas ações solidárias, contemplando a participação dos indivíduos na construção efetiva da cidadania e na garantia plena dos direitos sociais.

Segundo Sato e Esteves (2002, p. 40), podemos dizer que para se efetivar a autogestão são necessárias algumas condições básicas, dentre as quais destacamos:

- A necessidade, para uma autogestão de fato, de que o coletivo de trabalhadores seja um grupo, não apenas uma turma de trabalhadores unidos formalmente;
- O exercício do controle pelos trabalhadores: sobre o processo produtivo, sobre a gestão do empreendimento e o grupo;
- O conflito, demonstração de que há possibilidade do debate público das questões que permanentemente acometem o empreendimento, que há política ativa no grupo, enfim é a demonstração viva da autogestão em ação no cotidiano, é a discussão permanente do empreendimento em suas dimensões como grupo social e como empresa.
- A impossibilidade de convivência entre a autogestão e outros vínculos de trabalho, pois se assim for, imperaria mais uma vez o cálculo econômico que utiliza as pessoas ao serviço de outras, como se fossem coisas a serem manipuladas.

Essas condições são com certeza pertinentes de discussões, contra e a favor, mas tê-las como base na construção da autogestão, nos empreendimentos solidários, será um importante passo no que acreditamos ser a realização de uma outra economia: a solidária.

Mas quando começou esta idéia de economia solidária?

A economia solidária tem suas raízes na primeira década de séc XIX. Segundo Singer (2002, p.24) “nasce pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção” frente às transformações da Revolução Industrial, iniciando com perspectiva de cooperativas. Esse *boom* tecnológico, transformou ainda mais a vida das muitas pessoas que, à margem da sociedade, tiveram ainda mais dificuldades para se enquadrarem no modelo excludente que estava se formando.

Relataremos primeiramente algumas correntes e construções que tornaram a economia solidária algo real, e que deram o passo inicial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Começemos com a corrente “owenista”, do britânico Robert Owen, considerado um socialista utópico, que “decidiu ainda na primeira década do século XIX, limitar a jornada de trabalho e proibir o emprego de crianças, para as quais ergueu escolas” (SINGER 2002, p.24). Nessa e em outras atitudes, Owen tinha o objetivo de mudar o sistema social, combatendo e abolindo as empresas capitalistas.

Ainda de acordo com Singer (2002), tanto a Revolução Francesa quanto os “ciclos de guerra na Europa”, provocaram fortes mudanças nos países atingidos, principalmente na economia da Grã-Bretanha, que caiu em profunda depressão. Para esta questão “Owen apresentou uma proposta para auxiliar as vítimas da pobreza e do desemprego e restabelecer o crescimento da atividade econômica” (SINGER, 2002, p.25).

Essa corrente trouxe várias ações no combate ao modelo capitalista, apresentando planos ao governo britânico, na construção de “Aldeias Cooperativas”, diminuindo a ociosidade dos desprovidos econômica e socialmente. Tem-se registrado que “a primeira cooperativa owenista foi criada por George Mudie, que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres e propôs que formassem uma comunidade para juntos viverem dos ganhos de suas atividades profissionais” (SINGER, 2002, p.27).

A partir desse momento, com a ascensão do cooperativismo, o owenismo é também assumido por outros movimentos da classe trabalhadora (sindical e cooperativo):

muitas das sociedades cooperativas que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos 30 [do século XIX] eram desta espécie, originadas de greves ou diretamente de grupos locais de sindicalistas, que haviam sofrido rebaixa de salários ou falta de emprego. Algumas destas cooperativas foram definitivamente patrocinadas por sindicatos; outras foram criadas com a ajuda de Sociedades Benéficas cujos membros provinham do mesmo ofício. Em outros casos, pequenos grupos de trabalhadores simplesmente se uniam sem qualquer patrocínio formal e iniciavam sociedades por conta própria (COLE apud SINGER 2002, p.29).

Com isso criam-se vários mecanismos no enfrentamento às contradições capitalistas, através da lógica cooperativista de Owen, como por exemplo os bazares e “clube de troca”, dando viabilidade econômica aos grupos.

Eis que o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modelo de produção alternativo ao capitalismo. O projeto grandioso de Owen equivalia ao que mais tarde se chamou de República Cooperativa, e ele a propôs, não a moda dos utópicos da época aos mecenas para que a patrocinassem, mas ao movimento operário organizado, que ainda estava lutando por seus direitos políticos. Foi um curto mas inolvidável momento da história da Grã Betanha e também do cooperativismo, que vai, deste modo, ainda imaturo, à pia batismal da revolução (SINGER, 2002, p.33).

Uma revolução que, atualmente, também percebemos, pela ideologia construída ao longo desses anos, nos numerosos grupos alternativos, de economia solidária, de cooperativas,

que visam o comprometimento com a cidadania, com a democracia e com o desenvolvimento humano.

Neste contexto podemos certamente dizer que esta foi a fase inicial na história da economia solidária, que tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo.

Ressaltamos ainda a experiência na França, com Charles Fourier, o qual tinha como idéia central

que a sociedade se organizasse de uma forma que todas as paixões humanas pudessem ter livre curso para produzir uma harmonia universal. O principal objetivo dessa organização social seria dispor o trabalho de tal forma que se tornasse atraente para todos, do que deveria resultar enorme aumento de produtividade e de produção. Daí surge a idéia do falanstério, uma comunidade suficientemente grande (com 1.800 pessoas trabalhando) para oferecer a cada um ampla escolha entre trabalhos diversos. Fourier acreditava que cada pessoa poderia encontrar um ou mais trabalhos que estivessem de acordo com suas paixões e as quais ela poderia se entregar quase sem se importar com a remuneração (SINGER, 2002, p.36).

Esta foi mais uma iniciativa de uma possível economia solidária, que se diferencia do owenismo por não ser coletivista, mas ainda assim, apresenta na propriedade privada, a liberdade individual de mudar de trabalho, repartindo o resultado deste em proporções fixas e redistribuindo o excedente de forma que se chegue numa igualdade de direitos.

A partir dessas fundamentações, a economia solidária abre caminhos “pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e do erro” (SINGER, 2002, p.38).

Instigando ainda mais este tema, ainda que rapidamente, vejamos alguns tipos de cooperativas que perpassam na história deste possível modelo econômico, e que se faz presente nos dias atuais.

As *cooperativas de crédito*, de acordo com Singer (2002) surgem em meados do século XIX, muitas representadas por figuras políticas que tentaram inicialmente ajudar os pobres por

meio de instituições filantrópicas, através de empréstimos financeiros, constituindo portanto uma *garantia solidária* numa responsabilidade ilimitada. Semelhante a essas cooperativas estão os "Bancos do Povo", que trabalham com os micro créditos.

Citamos também as *cooperativas de compras e vendas* interpretadas por Singer (2002, p.83) como “associações de pequenos e médios produtores que procuram ganhos de escala mediante a unificação de suas compras e/ou de suas vendas”. Parafraseando Singer (2002) geralmente, são de caráter agrícola, formada por agricultores, pequenos produtores ou arrendatários, mas também são característicos de taxistas, caminhoneiros, comerciantes, entre outros.

Os tipos de cooperativa estendem-se , junto com as transformações societárias, para as *cooperativas de alimentos orgânicos, livrarias alternativas, editoras comunitárias*, sendo presença em algumas regiões do Brasil e Santa Catarina, como veremos mais adiante. Ressaltamos portanto, de todo este contexto, a promoção humana e a inserção dos indivíduos desprovidos de direitos, pela efetivação da cidadania, pela inclusão social e pela conquista desses direitos.

A economia solidária ressurge no final do século XX, mediante conquistas do movimento operário, que a partir da proposta advinda do owenismo (da cooperação, democracia, autogestão, resposta às contradições do capitalismo) delineou uma nova forma de economia, a partir da organização de grupos alternativos.

Com a ascensão do movimento operário, os sindicatos tornaram-se organizações poderosas, cuja missão, passou a ser a defesa dos interesses dos assalariados, dos quais o mais crucial é conservar o emprego. Eis que se percebe uma notável mudança, que causa certa desmotivação pela economia solidária. Surge uma classe operária que se acostumou ao pleno

emprego (que vigorou nos países centrais entre as décadas de 1940 e 1970) e acomodou-se no assalariamento (SINGER, 2002, p.109). Porém, não por muito tempo.

Na segunda metade dos anos 70, como resultado do capitalismo desenfreado, tem-se o retorno do desemprego em massa, provocando a desindustrialização dos países centrais e mesmo de países semidesenvolvidos como o Brasil, eliminando muitos milhões de postos de trabalho formal. Pela pressão do desemprego em massa, a situação dos trabalhadores que continuaram empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a “flexibilização” de seus direitos e a redução de salários diretos e indiretos.

Nesse desenrolar da história, entre crises econômicas, contradições entre capital e trabalho e “resistências” sociais, é que ressurge a economia solidária. Segundo Singer

na realidade, ela foi reinventada. Há indícios da criação em número cada vez maior de novas cooperativas e formas análogas de produção associada em muitos países. *O que distingue este “novo cooperativismo” é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio do assalariamento* (SINGER, 2002, p.111).

Nesse surgimento, a economia solidária se fundamenta no enfrentamento das contradições capitalistas, criando oportunidades no campo econômico, político e social, tornando os indivíduos construtores da sua própria história.

Atualmente é uma alternativa econômica assumida pelo Governo Federal, ligada ao Ministério do Trabalho, e pode ser constituída como uma política social, por incidir sobre as expressões da questão social.

2.2 A economia solidária no Brasil e em Santa Catarina

No contexto brasileiro, a idéia de cooperativismo chega no começo do século XX, trazido pelos emigrantes europeus. Desenvolveu-se com as cooperativas de consumo e agrícolas, respectivamente na cidade e no campo, sendo que as de caráter agrícola tiveram um maior avanço transformando-se em grandes empreendimentos agroindustriais e comerciais. Porém, infelizmente, Singer (2002, p.122) observa que “nenhuma destas cooperativas era ou é autogestionária. Sua direção e as pessoas que a operam são assalariadas, tanto nas cooperativas de consumo, como nas de compras e vendas agrícolas”.

No Brasil temos o mesmo quadro de desemprego em massa nas “décadas perdidas” de 1980 e 1990, em que destacamos o processo de desindustrialização, que acentuou a exclusão social e o então surgimento da economia solidária.

Analisando a economia solidária no Brasil, Singer (2002), destaca que

no Brasil, a reinvenção da economia solidária é recente, mas apresenta grande vigor e notável criatividade institucional. São invenções brasileiras a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (Anteag), que já orientou a conversão de centenas de empresas em crise em cooperativas, e as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) inseridas em universidades, das quais 13 formam uma rede e outras tantas desenvolvem atividades análogas ligadas à Fundação Unitrabalho, integrada por mais de 80 universidades de todo o país. As incubadoras organizam comunidades periféricas em cooperativas mediante a incubação, um complexo processo de formação pelo qual as práticas tradicionais de solidariedade se transformam em instrumentos de emancipação (SINGER, 2002, p.121).

E ainda, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em parceria com a Unitrabalho e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos (Dieese), criou em 1999 a Agencia de Desenvolvimento Solidário (ADS), “que vem difundindo conhecimentos sobre a

economia solidária entre lideranças sindicais e militantes de entidades de fomento da economia solidária, por meio de cursos pós-graduados em várias universidades” (SINGER, 2002, p.124).

Na década de 80 a Cáritas (entidade ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB) já vinha financiando pequenos projetos (Projetos Alternativos Comunitários – PACs), destinados a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres e da zona rural em diferentes regiões do país (SINGER, 2002, p.122).

Os PACs surgem com o objetivo de apoiar pequenas iniciativas da sociedade civil e promover mudanças através de práticas de solidariedade, nas diferentes formas de organização alternativa (SILVA, 2003, p.19).

Portanto, felizmente constatamos, que a economia solidária é ação possível no Brasil, frente ao desemprego, à exclusão social, à marginalização, trazendo uma nova perspectiva baseada na solidariedade e na igualdade, nos caminhos da inserção social. Um campo pleno de atuação do profissional do Serviço Social, que tem entre suas ações a promoção da cidadania, a construção de políticas públicas e conseqüentemente a inserção de homens, mulheres, e crianças, numa sociedade de direitos e deveres.

E ainda, não podemos esquecer que

por ocasião do primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em 2001, foi lançada a Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária, integrada por diversas entidades de fomento da economia solidária de todo país. É uma rede eletrônica que enseja o intercâmbio de notícias e opiniões e está se transformando também em rede eletrônica de intercâmbio comercial entre cooperativas e associações produtivas e de consumidores (SINGER, 2002, p.124).

Sendo assim, é uma iniciativa que vem se fundamentando e resistindo diante das severas contradições impostas pelo capitalismo desenfreado, no organizar dos diversos empreendimentos autogestionários e no conquistar de novas iniciativas solidárias.

De acordo com Singer (2003, p. 07) neste contexto, a economia solidária vem se desenvolvendo intensivamente no Brasil, constituindo uma “resposta de parte da sociedade civil à crise das relações de trabalho e ao aumento da exclusão social”. E atualmente se fortalece com a implementação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego e representada pelo secretário Paul Singer.

Este Ministério, (BRASÍLIA,2003), apresenta a economia solidária em desenvolvimento através da SENAES, com o *Programa Economia Solidária*: um conjunto de propostas por meio das quais a Secretaria pretende agir para o fortalecimento e a consolidação de um modelo econômico solidário. Este programa tem como ponto de partida a sistematização de I Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em 2002, que contou com a presença de diversos segmentos, que discutiram a construção de uma pauta para a temática no País.

Por este programa a SENAES tem como objetivo principal, fortalecer e divulgar a economia solidária nacional, mediante políticas integradas à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. Pretende assim, atingir trabalhadores (as) em risco de desemprego; desempregados (as); trabalhadores (as) autônomos (as); trabalhadores (as) informais; pequenos (as) produtores (as) familiares, rurais e urbanos; redes de economia solidária; empreendimentos de economia solidária (cooperativas, empresas autogestionária, associações e outros); agências de fomento da economia solidária; fóruns municipais e regionais de desenvolvimento; beneficiários dos programas governamentais de inclusão social (segurança alimentar, habitação, saneamento, reforma agrária, entre outros).

Este programa ainda apresenta as seguintes linhas de ação:

- funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária (este Conselho parte da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003);

- fomento à geração de trabalho e renda em atividades de economia solidária;
- constituição e consolidação de políticas públicas de economia solidária;
- promoção do consumo ético e solidário;
- assistência técnica para a geração de finanças solidárias;
- ações de apoio ao trabalho da SENAES (promoção de um arcabouço legal para a economia solidária, desenvolvimento e difusão do conhecimento em economia solidária).

Ainda, a relação da SENAES com o movimento da economia solidária tem dois espaços privilegiados: o primeiro expressa a organização da sociedade civil e resulta do acúmulo organizativo das Plenárias da Economia Solidária, e o segundo, institucionalizado no Conselho Nacional de Economia Solidária, terá representação do Governo Federal, da economia solidária e de outros setores da sociedade civil.

Deste conjunto, ressaltamos a formação do Grupo de Trabalho - GT e Fórum Brasileiro de Economia Solidária, resultados das ações que vem sendo desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Aproximando-nos das experiências da economia solidária, somos convidados a conhecer o crescimento deste setor, no Estado catarinense.

Considerando as mudanças sociais, econômicas e políticas das últimas décadas nos setores agrícola e têxtil, e a urgência de construção de alternativas ao desemprego e à exclusão social, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e solidário no Brasil, constatamos que também no Estado de Santa Catarina tem ocorrido um processo de crescimento da economia solidária. Aqui, várias cooperativas, associações de trabalhadores, empreendimentos autogestionários e projetos econômicos associados têm emergido (PEDRINI, PRIM, SANTOS, 2004, p. 99).

Em Santa Catarina, a economia solidária vem se revelando nas diversas experiências já concretizadas, e outras que estão a caminho de uma outra economia possível, baseada nos princípios da solidariedade, da inclusão social, da autonomia, da cidadania, enfim, uma economia

permeada pela constituição de várias redes regionais, bem como de uma articulação estadual. Tal fato nos mostra que as redes embasam, fortalecem e impulsionam a economia solidária, dando-lhe maior possibilidade de construir a autogestão, a sustentabilidade futura, pois propõe a construção de políticas públicas de trabalho e renda, e busca ir além do já estabelecido, tecendo novas relações de trabalho, cidadania e um novo projeto societário (PEDRINI, PRIM, SANTOS, 2004, p.93)

Muitas dessas experiências, surgiram primeiramente no meio rural, registradas no campo da agricultura familiar, seguindo do setor têxtil, sendo exemplos a Agrima (Associação de Agricultores Monte Alegre), a Cooperprove (Cooperativa Prove de Blumenau Ltda), a Bruscor (Indústrias de Cordas e Cadarços Ltda) e a Fio Nobre (Fábrica de fios - Itajaí). Dessas experiências temos que

a primeira, ocorreu no município de São Francisco do Sul (1841), quando Benoit Jules Mure e aproximadamente 217 franceses formaram uma colônia, o Falanstério do Saí. Essas pessoas desejavam transformar a Colônia numa metrópole de renovação social, capaz de resolver a crise das nações superlotadas da Europa e provar que a pessoa, melhor orientada, poderia refazer-se em uma sociedade melhor (PEDRINI, PRIM, SANTOS, 2004, p. 100)

Atualmente, são experiências que se integram através do Grupo de Trabalho de Economia Solidária de Santa Catarina – GT Catarinense, fomentando a consolidação de uma rede solidária, fundamental na concepção de uma economia justa, solidária e participativa.

Segundo Pedrini, Prim e Santos (2004, p.91) “a pequena agricultura familiar é o modelo econômico símbolo de Santa Catarina. Tanto na região oeste do Estado quanto no Vale do Itajaí, representa mais de 90% dos estabelecimentos agrícolas”. É um setor que além de representar, em parte, a economia solidária em Santa Catarina, vem criando outras experiências como a “agricultura de grupo”.

Como reação à modernização da agricultura brasileira, concentradora e excludente, que atinge de forma seletiva os pequenos agricultores familiares, foi criado no Oeste Catarinense o Movimento de Cooperação Agrícola – MCA – constituído pela formação de associações com base no trabalho semicoletivo. Essas experiências são denominadas de “agriculturas de grupo”. O objetivo é a

construção de uma proposta de desenvolvimento alternativo que viabilize a agricultura familiar, ecologicamente viável, economicamente produtiva e socialmente justa (PEDRINI, PRIM, SANTOS, 2004, p. 92)

O setor têxtil é representativo na região norte, preponderante no Vale do Itajaí, e vem se consolidando nas experiências de cooperativas de produção (facções) . Uma resposta às transformações no mundo do trabalho advindas de outras que geraram desemprego “em massa” (Fordismo), visualizada “como uma das formas de o empresariado, aliado ao Estado, buscar saída para as crises” (PEDRINI, PRIM, SANTOS, 2004, p.92).

As regiões catarinenses, caracterizadas pelas colonizações (alemãs, italianos etc.), de onde vem a característica da agricultura familiar, apresentam também uma certa flexibilidade, principalmente na relação entre mercado e trabalho, no qual incide o crescente processo de industrialização. Questão que podemos observar pela “modernização da agricultura, que cria problemas de viabilidade econômica para as pequenas propriedades e expulsão numerosa de mão-de-obra para as periferias urbanas” (PEDRINI, PRIM, SANTOS, 2004, p.96), ocasionando um processo crescente de favelização e marginalização.

Contudo,

é necessário ressaltar que, em Santa Catarina, nas últimas décadas do século XX, criou-se uma movimentação social como espaço de resistência ao regime militar, conquista da democracia e de direitos, propulsora de uma nova cultura política, que foi abrindo caminhos os mais diversos, para novos projetos e experiências socioeconômicas (PEDRINI, PRIM, SANTOS, 2004, p.98).

A economia solidária catarinense vem se tornando mais que uma alternativa de geração de trabalho e renda, atuando nos espaços de discussão de políticas públicas, questionando e se opondo às políticas neoliberais (PEDRINI, PRIM, SANTOS, 2004, p.102).

No contexto geral, podemos observar muitas ações, empreendimentos e grupos populares de caráter alternativo, que buscam transpor as barreiras postas pelas contradições do capitalismo, entre eles o grupo de produção São Lucas, apresentado nesta pesquisa.

Considerando, que a economia solidária é fruto de inúmeras entidades, principalmente no Brasil, ligadas à Igreja Católica e a outras igrejas, sindicatos e universidades, apresentamos a Ação Social Arquidiocesana e suas linhas de atuação, especificamente a economia solidária junto aos grupos alternativos.

2.3. A Ação Social Arquidiocesana - ASA e a experiência em economia solidária

A Ação Social Arquidiocesana (ASA), organismo da Igreja Católica, vinculada à Arquidiocese de Florianópolis, foi fundada em 17 de novembro de 1960. Constituiu-se como entidade sem fins lucrativos, de caráter assistencial, promocional e filantrópico, que vem desenvolvendo ao longo de sua trajetória, programas e projetos sociais.

De acordo com o seu Estatuto (FLORIANÓPOLIS, 2003), a ASA tem por objetivos:

- Realizar estudos sobre os problemas de assistência social, de educação de base e de promoção humana, com vistas ao desenvolvimento de estratégias de combate à miséria e a pobreza;
- Colaborar na formação da consciência particular e pública para que, no âmbito social, vigorem a solidariedade, a fraternidade humana e a justiça social;

- Planejar e promover ações conjuntas com as ações sociais paroquiais, movimentos, grupos que visem a assistência social, promoção e defesa dos direitos humanos;
- Formar e capacitar agentes para a ação social e o exercício da cidadania;
- Divulgar os trabalhos da Igreja Católica no campo social.

Diante desses objetivos, a ASA definiu sua ação mediante a coordenação de todas as Obras Sociais da Arquidiocese a ela filiada. Com isso, seu trabalho tem como base a superação das injustiças sociais, das desigualdades e a construção de novas relações sociais, pautadas na solidariedade, na fraternidade e defesa da cidadania.

Na história da ASA, podemos destacar três fases importantes:

Primeira fase (de 1966 a 1969): a ASA tinha estreita relação com a Cáritas Brasileira, organismo da Igreja católica, que no Brasil faz parte da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), e dentre os vários programas a ASA ocupou-se da distribuição de alimentos aos assistidos, através da supervisão do trabalho. Conforme Nilsson (1995, p.25), compreende também neste período, um convênio com a LBA - Legião Brasileira de Assistência - que oferecia recursos financeiros para o desenvolvimento e manutenção dos cursos de educação de base e de grupos sociais que foram criados nas Obras Sociais filiadas.

Segunda fase (de 1969 a 1977): a entidade intensifica sua atuação, voltando-a à promoção humana e à sistematização dos trabalhos junto as comunidades. Nesse período, de acordo com Silva (1998, p. 62), tem-se o incentivo para que as Obras Sociais filiadas adquirirem sua própria personalidade jurídica e assumam a responsabilidade pelos convênios com entidades públicas, prestação de contas e relatórios, mantendo maior autonomia em sua programação. A partir de 1977 a ASA procurou desenvolver, anualmente, treinamentos dando ênfase à promoção humana.

Segundo Ferreira (1998, p.12), o início dos anos 70 foi marcado pela motivação dos voluntários com o intuito de engajá-los nos programas de desenvolvimento de comunidade, atuando nos grupos de jovens, mães gestantes, clubes de mães, oferecendo treinamentos aos educadores das creches dirigidas pelas Ações Sociais Paroquiais, cursos profissionalizantes e integração com outros setores sociais das paróquias. A ASA nesse período busca superar o assistencialismo vivido na fase anterior.

Terceira fase (final da década de 70): No final desta década, a ASA busca reordenar sua atuação e o seu papel junto as paróquias. Suas práticas estão mais voltadas às periferias, a ASA busca nos documentos da Igreja subsídios para a sua ação: *Doutrina Social da Igreja, Documento de Medellín, Puebla* (documentos da Igreja, bastantes progressistas que apontam uma igreja mais atuante com os pobres, com ações que condizem coma a realidade Latino Americana) entre outros.

Nesse período era intenso o Movimento da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), onde a ASA buscou estar atuando dentro dessa perspectiva, “de opção pelos pobres”. A ASA também atua, no acompanhamento dos grupos de idosos e Ações Sociais Paroquiais e na assessoria às Obras Sociais filiadas, no sentido de garantir maior autonomia.

Ainda conforme Ferreira (1998, p.15) a década de 80, foi caracterizada por investimentos na formação de lideranças e também de participação no movimento "Assembléia Nacional Constituinte", visto que o país atravessava, neste período, um processo de abertura democrática com o fim da ditadura militar. E a década seguinte, é marcada por um novo quadro na educação para a cidadania, incluindo a participação popular e a proposta de uma ruptura com a passividade frente às questões sócio-políticas, que envolvem o conjunto da sociedade. Começando assim, a prestar assessoria nas áreas das Ações Sociais Paroquiais, Criança,

Adolescente, Saúde, Idoso, Produção e abastecimento, além de acompanhar a organização das comunidades, reforçando as organizações populares.

Assim, a ASA passou a participar de Conselhos paritários, fóruns e comissões, espaços privilegiados de articulação de suas ações, como por exemplo o Conselho Estadual do Idoso - CEI/SC, Conselho Municipal e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e CEDCA, e Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, enquanto coordenação nacional.

Neste conjunto é importante destacar que as ações desenvolvidas pela ASA, estão

alicerçadas em princípios norteadores, que se referem à construção de uma sociedade mais justa e politicamente democrática, tendo por bases relações sociais fraternas e solidárias, rompendo com toda forma de exclusão social. Justifica-se desta forma as ações de fomento de uma consciência crítica coletiva, o forte investimento na formação de lideranças e a participação em espaços cuja participação política, viabiliza a democratização das relações Estado/Sociedade Civil (FERREIRA, 1998, p.17).

A atuação da ASA está voltada para as ações integradas, com os diversos segmentos da sociedade, especialmente movimentos populares, contribuindo na formação de novos grupos de trabalho, interferindo, propondo e formulando políticas públicas e fomentando a participação dos vários organismos da Arquidiocese. Atuando em diferentes linhas de ação (Economia Popular Solidária, Idoso, Criança e adolescentes, Saúde e Rede de Ação Social), dando enfoque ao trabalho realizado com a Economia Popular Solidária e no fortalecimento da Rede de Ações Sociais.

As ações em torno da questão da geração de trabalho e renda, fazem parte da realidade da Arquidiocese desde 1989, e como proposta de dar continuidade a estas ações, considerando-as como parte integrante da assistência social, ou seja, um passo a mais na qualificação dos trabalhos sociais, a ASA compreende algumas atuações (FLORIANÓPOLIS, 2003):

- no fortalecimento da rede de economia solidária na Arquidiocese;
- na continuidade às ações que começaram a ser desenvolvidas junto aos programas sócio educativos, desenvolvidos pelas Ações Sociais Paroquiais - ASPs, no sentido de implementar programas sócio familiares, tendo este como objetivo de desenvolver atividades de geração de trabalho e renda;
 - na formação junto aos grupos de produção existentes e às ASPs, no sentido de refletir sobre os aspectos jurídicos relativos ao mundo do trabalho formal e informal, como: associativismo, empresas de auto-gestão e cooperativismo;
 - fortalecendo os espaços de discussão da Política Pública de Trabalho e Emprego, articulando a participação dos Grupos de Produção e as ASPs nos respectivos fóruns e conselhos municipais;
 - fortalecendo a captação de recursos públicos para desenvolver atividades de educação e qualificação para o mundo do trabalho;
 - acompanhando e monitorando os grupos existentes;
 - na continuidade ao processo organizativo das Feiras de Economia Solidária na Arquidiocese, bem como, participar da elaboração das Feiras estaduais.;
 - fortalecendo o Fundo Arquidiocesano de Solidariedade – FAZ;

Portanto, considerando a realidade do mundo do trabalho, temos a necessidade de implementar cada vez mais esta linha de ação referente a geração de trabalho e renda. Por ser

este, um mecanismo capaz de inserir no mundo do trabalho muitas famílias marginalizadas do atual processo produtivo adotado em nosso país.

É importante também destacarmos o envolvimento e participação, de inúmeras pessoas, presentes nas comunidades, que contribuem na realização das diversas atividades.

A diretoria atual da ASA é composta da seguinte forma e pessoas:

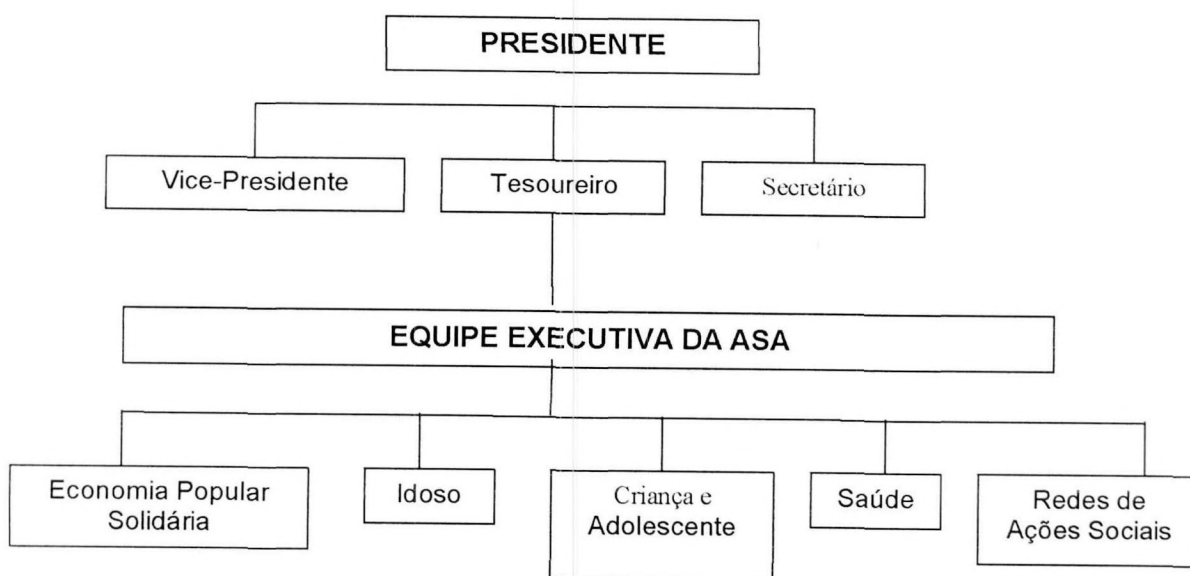
Presidente: Dom Murilo Sebastião Krieger

Vice-Presidente: Pe. Vitor Galdino Feller

Secretário: Diácono José Neri de Souza

Tesoureiro: Pe. Valdir Bernardo Prim

E apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Desta forma, a Ação Social Arquidiocesana hoje, compreende diversas atividades no campo social, político, econômico e cultural, em que o Serviço Social tem seu destaque, como poderemos observar a seguir.

2.3.1. Caracterização do serviço social:

No período em que surge a Faculdade de Serviço Social situada na Fundação Vidal Ramos em Florianópolis, surge também a Ação Social Arquidiocesana. Naquele momento a ASA era um espaço privilegiado de estágio da Faculdade de Serviço Social em Florianópolis.

Nesse período os profissionais que atuavam na ASA eram todos Assistentes Sociais; a entidade era um espaço por excelência de atuação e intervenção do Serviço Social de caso, grupo e comunidade.

Com o reordenamento da ASA (já na 3.^a fase), percebeu-se a necessidade de criar um espaço interdisciplinar, buscando definir um projeto comum, onde diversos profissionais da área social atuariam numa mesma perspectiva, diferenciando-se apenas na forma de intervenção própria de cada categoria profissional. A equipe da ASA que era formada apenas por assistentes sociais, dá um salto qualitativo na composição de outros profissionais.

Ainda hoje a ASA atua com a presença do Serviço Social, que perpassa por todas as linhas de ação, numa equipe composta por: 02 assistentes sociais, 03 cientistas sociais e 01 historiador.

Contudo, temos clara a importância do profissional do Serviço Social na ASA, por sua ampla atuação nos espaços de comunidade e construção coletiva. Atuação esta que vai desde o conhecimento da realidade (visitas domiciliares e institucionais, estudo de caso, levantamento sócio-econômico), às ações concretas (projetos, grupos alternativos, Feira Arquidiocesana), efetivando direitos e construindo uma sociedade mais consciente e igualitária.

Acentuamos, entre tantas ações, o processo de conscientização e participação popular, desenvolvidas pelas Assistentes Sociais, pois são ações que visam a construção coletiva a partir dos anseios dos indivíduos presentes nos grupos e na comunidade.

Sendo assim, é um profissional comprometido com a transformação social, tornando-se, nos grupos alternativos de geração de trabalho e renda, um mediador na constituição dos grupos, respeitando limites e resgatando a cidadania.

2.3.2. Perfil dos usuários da instituição:

A ASA em sua atuação é bastante diversificada, em função da diversidade dos públicos atendidos nas linhas de ação. Em sua grande maioria são paroquianos (participam das atividades das paróquias), voluntários, que trazem consigo a benevolência e a caridade cristã. Este usuário é característico das áreas da saúde, idoso e redes de ações sociais. A ASA procura desenvolver junto a essas linhas de ação, um processo de educação popular, baseado na conscientização política, discutindo o papel do estado, sociedade civil, informando-os sobre as políticas públicas, direitos e participação popular.

Economia Popular Solidária traz consigo um outro tipo de público. São pequenos empreendimentos populares, que têm uma atuação nos espaços de discussão de políticas de trabalho e renda, fóruns e redes de Economia Popular Solidária, onde discute-se a conjuntura, formas de economia e de comercialização.

De acordo com Sousa (2003), pode-se entender que a economia solidária:

deve ser um instrumento de fortalecimento das organizações e do protagonismo dos excluídos. ao mesmo tempo em que combinassem a viabilidade econômica com a construção e a vivência de novos valores, da solidariedade da auto-gestão e da autodeterminação dos sujeitos (SOUSA, 2003, p. 11).

O que nos leva também, a entender a economia solidária como alternativa de trabalho, resgatando a autonomia, a cidadania e os valores de vida do SER humano.

Embora com perfis diferentes, a ASA busca dentro dessa diversidade a unidade, na execução do “Programa de Desenvolvimento Social da Arquidiocese de Florianópolis”, trabalhando questões como da autogestão.

Contudo, a preocupação com a questão auto-gestionária está presente na maioria das pessoas que se envolvem com a economia solidária. Presente nos grupos alternativos, a autogestão representa a autonomia e o crescimento da pessoa, como indivíduo que busca a transformação social e a inserção no mercado de trabalho.

Assim sendo, nesse contexto de conquistas e desafios, apresentamos no capítulo seguinte o Grupo de Produção São Lucas.

3 O GRUPO DE PRODUÇÃO SÃO LUCAS **Uma experiência de economia solidária se construindo.**

3.1 A história e a experiência junto ao grupo

O Jardim Saveiro é um bairro do município de Biguaçu, que reúne cerca de 400 famílias, grande parte carente, e compreende uma extensa área de mangue, onde se localiza a maioria da população desta comunidade.

A história do grupo de produção São Lucas, começou em setembro de 2001, com a proposta de iniciar um trabalho através da Pastoral da Criança, reunindo várias mulheres da comunidade. Desde então desenvolveu-se atividades da Pastoral, iniciando com uma capacitação (ilustrações 1 e 2), que durou cerca de um ano, conforme metodologia da Pastoral. Continuando com visitas domiciliares às famílias mais carentes, cadastro de gestantes e crianças de 0 à 6 anos, Dia do Peso, palestras, reuniões de planejamento e avaliações, celebrações, entre outras.

Ilustração 1: Formação da Pastoral da Criança - trabalho em grupo
Fonte: Souza, 2004

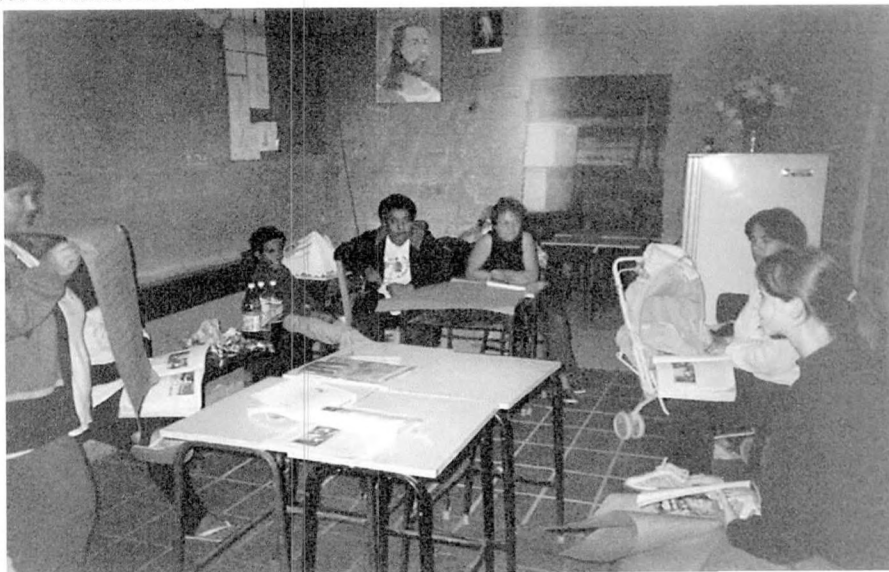
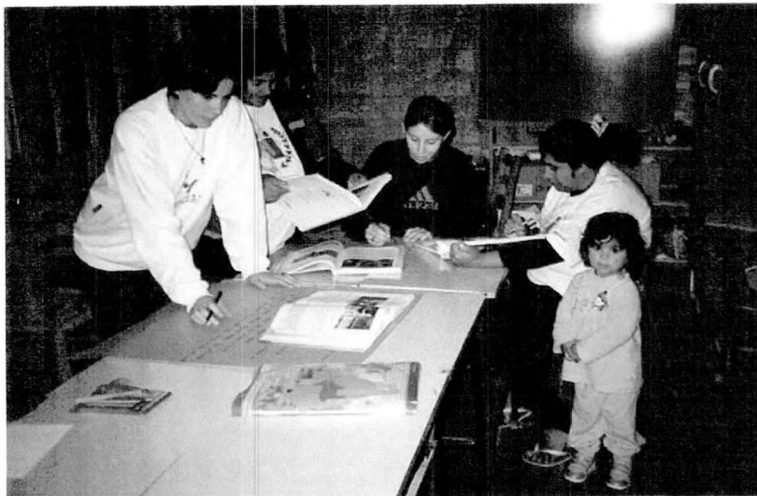


Ilustração 2: Formação da Pastoral da Criança - trabalho em grupo
Fonte: Souza, 2004



Acompanhando o trabalho realizado pelo grupo, durante três anos, em parceria com a Paróquia de Biguaçu e respectiva Ação Social, percebemos expressivas mudanças quanto à participação das pessoas nas atividades do grupo, num maior grau de envolvimento nos espaços de construção coletiva (reuniões, encontros, entre outros) (ilustração 3). Este aspecto é observado pois o grupo vem garantindo novos espaços de participação e percebendo valores, antes esquecidos, aumentando a auto-estima e construindo uma comunidade mais humana, participativa e solidária.

Ilustração 3: Momento de Confraternização da Pastoral da Criança
Fonte: Souza, 2004



Da parceria com a Ação Social, surgiram novas perspectivas para uma comunidade vista como “o lixo de Biguaçu”, como por exemplo o grupo de mães, que entre pré-conceitos, desafios, aprendizado e conquistas é ,atualmente, o **grupo de produção São Lucas da comunidade Jardim Saveiro**.

O grupo de mães desenvolvia trabalhos manuais como ponto cruz, bordados, fuxicos, participando também de palestras, reuniões com debates e troca de experiências e visita a feiras. As atividades manuais continuam por algumas mulheres, em suas residências, e algumas participam hoje do grupo de produção, juntamente com outras mulheres da comunidade.

Atualmente, o grupo de produção se reúne para o preparo de macarrão caseiro (ilustrações 4 e 5), salgadinhos (coxinha, risoles, quibe) e “orelha de gato” , com o apoio da Ação Social da Paróquia de Biguaçu e da Ação Social Arquidiocesana – ASA. Segue portanto um trabalho na área de economia solidária, com o objetivo de minimizar as dificuldades econômicas, sociais e culturais, enfrentadas pelo grupo e comunidade em geral.

Algumas mulheres do grupo, seu esforço e alegria:

Ilustração 4: Produção do macarrão caseiro

Fonte: Souza, 2004



Ilustração 5: A conquista do produto final

Fonte: Souza, 2004



Neste conjunto está também a “fala” de muitas mulheres, antes abafadas pelo medo e vergonha, e hoje livres, com opiniões, críticas e muita criatividade, como elas mesmas dizem “sem medo de ser feliz”.

O grupo de mulheres iniciou com onze mulheres, um homem e atualmente compreende apenas quatro participantes, que vêem o grupo como :

esse grupo é muito divertido, nós conversamos sobre os nossos problemas, dificuldades e começa a ver que não é só a gente que tem problema, e que às vezes o nosso não é tão grande como o do outro, e assim a gente também pode se ajudar (MARI).

E também:

esse grupo, porque NÓS somos um grupo, é muito bom, a gente aprende muito mais que só fazer macarrão, conquista novas amizades, levanta a auto-estima, e faz a gente acreditar em um mundo melhor (SANDRA)

No início a paróquia de Biguaçu contribuía mensalmente com uma cesta básica, como contrapartida para quem participasse do grupo, doada pela Ação Social da paróquia, estimulando a participação.

Atualmente, o grupo não recebe mais a cesta básica, apresentando uma certa autonomia em relação à questão financeira, conquistando espaços de vendas e trocas, aumentando a renda familiar e tornando real a autogestão.

Um fator que também contribuiu na construção e efetivação do grupo foi o Contrato de Financiamento, junto ao Fundo Arquidiocesano de Solidariedade - FAS, que disponibiliza recursos financeiros para os grupo de produção da Economia Popular Solidária. Este financiamento contribui na estrutura dos grupos, em questões mais emergentes das famílias de baixa renda, como o desemprego e a fome, fomentando a participação na concretização de políticas públicas.

Analisando ainda as ações do grupo de produção, individuais e coletivas, percebemos que algumas resistências foram minimizadas no grupo, na comunidade e pessoais, como podemos observar nas falas: "agora eu consigo até conversar melhor com meu marido e com meus filhos" e "aqui é bem melhor, e a comunidade precisa saber que isso é bom que somos pessoas boas".

Outro ponto importante é a confiança presente no grupo entre as mulheres, que trocam confidências, dores, alegrias, angústias; e muitas vezes o próprio grupo encontra a solução ou posiciona-se de forma a não se interferir, aconselhando que "sobre esse assunto só você pode decidir, você é que tem que ver o que é melhor, a gente só está aqui para te ajudar".

Diante disto foi possível proporcionar um novo olhar sobre o grupo, que começa através da Economia Solidária, um jeito diferente de fazer economia.

Nesse contexto, o grupo continua investindo na qualidade, no respeito às diferenças, na construção de uma nova forma de trabalho, mostrando acreditar na proposta da economia solidária, na participação e integração nas atividades desenvolvidas. Mesmo percebendo a desistência de algumas pessoas, que não se enquadravam no perfil solidário, mas capitalista, um

dos objetivos do grupo é de trabalhar com a comunidade, em parceria com a Paróquia, ASA, Universidades, fomentando a participação de novas pessoas no grupo, bem como em espaços de formação e discussão de políticas públicas.

Algumas mudanças foram percebidas, principalmente, depois de assinar o contrato de financiamento com o FAS. Entre as quais destacamos: a reorganização do grupo num novo espaço, a adequação aos novos instrumentos de trabalho (agora não mais manuais e sim elétricos), e também com freezer, armário e utensílios, que facilitaram o processo de produção, aumentaram a qualidade, e tornaram as pessoas envolvidas mais felizes e motivadas para a construção do diferente. Um momento em que é possível perceber a construção conjunta, e visualizar o que podemos chamar de "sentimento de grupo", com objetivos fixados e em comum.

Ressaltamos também um importante processo, chamado grupal, entendido por Rodrigues (1998, p.37) como "...todo o complexo dinâmico que movimenta um grupo, caracterizado por uma diversificação de momentos, fases ou etapas". Procurando entender o processo e o momento em que o grupo vive, através das interações entre os membros, estabelecidas também pelos objetivos comuns entre os participantes. Concordando com Arruda (2004, p. 55) "o que faz uma verdadeira comunidade é a decisão consciente dos seus membros de dividir entre si a responsabilidade pelo seu destino comum".

Num olhar mais amplo, observa-se ainda que os membros do grupo são por vezes interpelados por questões externas, ao mesmo tempo em que são motivados por suas experiências, vivências, por sua história de vida e contexto social. Neste sentido, Moscovici (1997, p.181) afirma que:

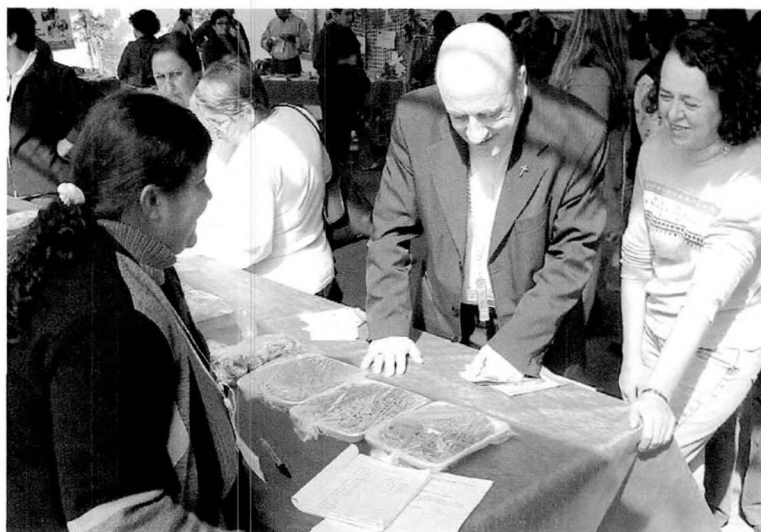
Os grupos não funcionam no vácuo. Todo grupo humano possui componentes culturais do sistema maior do qual faz parte. Esse contexto varia em cada segmento da comunidade, da sociedade, do país, e jamais pode ser ignorado na condução de qualquer programa educacional.

Portanto é possível compreender as mudanças e os desafios, tendo em vista que trabalhamos com pessoas que tem sentimentos, sonhos, história de vida e de comunidades, e que estão em constante movimento na busca de um espaço em que os outros (comunidade, prefeitura, instituições, etc.) a vejam como pessoas de direitos.

Contudo, trazemos a discussão da economia solidária, por ter a preocupação em responder às demandas econômicas e necessidades sociais, através do desenvolvimento sócio-econômico e na formação de novos atores sociais.

Atualmente as quatro pessoas que compõem o grupo, continuam com a perspectiva de avançar nos trabalhos, participando de atividades como a Feira de Economia Solidária (ilustração 6), e fomentando a participação de outras pessoas da comunidade, a partir de um processo de conscientização e também de complementaridade, que segundo Arruda (2004, p. 61) "é outro valor crucial que torna a cooperação uma forma viável de relação".

Ilustração 6: Feira Arquidiocesana de Economia Solidária
Fonte: Jornal de Arquidiocese, 2004



A conscientização é fundamental no processo de efetivação de uma economia solidária, como bem explora Arruda (2003, p. 234) “é preciso superar o bloqueio mental que reduz o trabalho à mercadoria, re-situando a categoria do trabalho no núcleo mesmo do capital e tentando re-significar o termo capital humano”.

Concordando com o mesmo autor, “*só é possível ao ser humano realizar sua vocação histórica e ontológica de ser o protagonista da sua história e desenvolvimento enquanto pessoa, sociedade e espécie, se conseguir ser o protagonista da sua economia*” (ARRUDA, 2003,p.238). E ainda, ressaltamos que, principalmente pela intrínseca “democratização do Estado e das relações de poder e conhecimento entre este e a sociedade”, é que podemos configurar o caminho real na efetivação de uma economia solidária, participativa e construtiva de seres conscientes de seus direitos, deveres e ações. Uma economia capaz de “criar bases materiais que permitam o sempre mais pleno desenvolvimento dos potenciais humanos e sociais de forma ao mesmo tempo autogestionária e solidária” (ARRUDA, 2003, p. 238).

Nessa relação é importante destacarmos o envolvimento do grupo com a comunidade nas diversas atividades, principalmente relacionadas a igreja, que configuram o compromisso com o todo, prevalecendo ações de cidadania e construção conjunta, na incomparável ação da solidariedade.

Parafrazeando Arruda (2003, p. 226) “a noção de solidariedade surgiu na história econômica como reação a cultura do egoísmo, do individualismo, da ficção do *homo oeconomicus*”. Assim a solidariedade é entendida como *responsabilidade comum*, que se torna real a partir de uma *solidariedade consciente*, através de um trabalho cultural, “um desafio e uma escolha do sujeito em cada momento e em cada ato de sua existência”.

a solidariedade consciente envolve o reconhecimento, o acolhimento e o respeito pelo outro como parte intrínseca do mundo de cada indivíduo. Em consequência, convoca à responsabilidade por si próprio, por cada outro e pelo todo (...). A solidariedade consciente vai muito além do mero cumprimento dos deveres com o outro, a comunidade e a sociedade. Ela refere-se à postura ativa daquele que acolhe o outro porque é diferente, e, portanto, complementar a si próprio. O princípio da solidariedade impulsiona valores como a partilha, a reciprocidade e a comunicação dialógica para a construção de unanimidades que respeitem a diversidade (ARRUDA, 2003, p. 28).

Percebemos portanto que a solidariedade é um princípio primordial nas ações da economia solidária, que se contrapõe ao princípio da competição, o qual foi transformado pelo capitalismo em “modo de relação único e absoluto”, e que vem sendo enfrentado pela ótica participativa, coletivista e cooperada da economia solidária.

Uma economia que vem ganhando, ainda que timidamente, espaços na sociedade, em contextos e expressões diversas, através de

valores comuns, tais como a valorização do trabalho humano, a promoção das necessidades como eixo da atividade econômica, comercial e financeira, o reconhecimento do lugar privilegiado da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de colaboração respeitosa com a natureza e a prática da cooperação, da reciprocidade, da partilha e da solidariedade (ARRUDA, 2003, p. 230).

Uma proposta que surge frente às contradições, em que as pessoas “se comprimem em espaços cada vez mais exíguos, dotados de uma capacidade de comunicação cada vez mais rápida e global”, e que propõe uma interdependência, que se baseia em “direitos e oportunidades iguais para todos, na cooperação em vez de competição, e no respeito pela natureza e pelos seus limites, e pelos direitos das gerações futuras” (ARRUDA, 2003, p. 185).

Não se trata portanto de uma cultura individualista em que é “cada um por si, e Deus por mim”, mas a cultura da cooperação, da solidariedade, que possibilita ser bom tudo aquilo que

NOS ajuda a compartilhar os meios de sobrevivência e as riquezas, ou seja "um por todos e todos por um".

Em todo esse quadro de participação, de compromisso, de integração, enfrentando desafios e transpondo barreiras, para atuar de forma mais consciente na sociedade e buscar uma melhor qualidade de vida, é que se configura hoje, o grupo de produção São Lucas.

3.1.2 A intervenção do Serviço Social no processo de organização do grupo de produção

Vivemos numa era de transformações, que vem alterando a economia, a política, a cultura e a vida da sociedade brasileira e mundial. As questões sociais são tão emergentes, que dificilmente conseguimos fugir do assistencialismo, porém, jamais podemos ficar só nele. Buscamos respostas muitas vezes presas em conceitos, mas estas deveriam ser, como coloca Yamamoto (2000, p. 10):

respostas essas que resultem em um desempenho competente e crítico, capaz de fazer frente, de maneira efetiva e criadora, aos desafios dos novos tempos, nos rumos da preservação e ampliação das conquistas democráticas da sociedade brasileira.

Trazendo presente o relatório, o projeto de intervenção e toda a experiência e vivência adquirida no estágio, podemos ver a atuação do profissional do Serviço Social e sua importância, na busca dessas respostas frente às transformações sociais, principalmente por ser um profissional que atua nas relações entre as classes na sociedade. E como traz o **Art. 12º, alínea b do Código de Ética**, constitui direitos do Assistente Social: "apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e

organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania."

Acentuamos a presença do profissional do Serviço Social nestes espaços, por trazer uma forma diferenciada no modo de organizar o grupo (voltada para a realidade, para o contexto pelo qual o grupo se insere), de trabalhar os conflitos (com reflexões, partilhas, trocas de experiências, em que todos são sujeitos e construtores da história) e principalmente de dar continuidade ao trabalho, com planejamento, com participação, sonhos e perspectivas baseadas na construção coletiva e na realidade. E citando Baptista (2000), atentamos para a dimensão política do planejamento, pois

hoje tem-se clareza de que, para que o planejado se efetive na direção desejada, é fundamental que, além do conteúdo tradicional de leitura da realidade para o planejamento da ação, sejam aliados à apreensão das condições objetivas o conhecimento e a captura das condições subjetivas do ambiente em que ela ocorre: o jogo de vontades políticas dos diferentes grupos envolvidos, a correlação de forças, a articulação desses grupos, as alianças ou as incompatibilidades existentes entre os diversos segmentos (BAPTISTA, 2000, p.17).

A atuação do profissional do Serviço Social na área da Economia Solidária, geralmente, justifica-se como um novo paradigma da área social, apresentando questões antes não assumidas por esta categoria. Uma realidade ainda pouco explorada pelos assistentes sociais que ainda se firmam em atuações conservadoras e resistem a transformações, mas, concordando com Yamamoto (2000, p. 11):

trabalho e formação profissional encontram-se estreitamente conectados na resposta a um desafio comum: o seu enraizamento na história contemporânea, de modo que qualifique o desempenho do Assistente Social e torne possível a atualização e a adequação do projeto ético-político do Serviço Social aos novos tempos, sem abrir mão de seus compromissos com a construção da cidadania, a defesa da esfera pública, o cultivo da democracia, parceria da equidade e da liberdade.

Concordando também com Ronconi (2003, p.11), referente à atuação do profissional de Serviço Social, na discussão da economia solidária, que:

essa discussão é fundamental para o Serviço Social, pois as transformações econômicas, políticas e sociais da contemporaneidade, têm evidenciado expressões específicas da questão social e têm exigido uma gestão do social referendada pelo projeto ético-político do profissional de Assistência Social.

Assim, que tenhamos antes em nós, profissionais do Serviço Social, esses princípios, tanto quanto os que regulamentam nossa profissão e nosso código de ética, para que seja real, e não um mito, a nossa prática. E nesta visão e ação diferenciada da economia solidária, é que propomos, desde o início, a visualizar (junto aos grupos alternativos), o futuro do emprego, da sociedade e dos indivíduos. Pois como fundamenta Singer (2002, p. 114):

a economia solidária é ou poderá ser *mais do que uma mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar*. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*.

Acreditemos que uma "nova economia" é possível sim, a partir de nossa ação, de novas ações profissionais, baseada na compreensão da realidade, respaldada nas leis e atuando na perspectiva de que "outro mundo é possível". Pois

para uma ampla parte da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana, etc. (SINGER, 2002, p. 112)

Nessa perspectiva, não pretendemos nos desligar do grupo de produção de Biguaçu, tendo em vista todo o trabalho já realizado e o que futuramente pretendemos realizar, atuando de forma mais direta, como profissional do Serviço Social, intervindo principalmente nos espaços de discussão e concretização de políticas públicas.

3.2 Apresentação da pesquisa

A presente pesquisa realizada com o grupo de produção, é de caráter qualitativo, exploratório e descritivo. O instrumento utilizado foi um questionário semi-estruturado, que teve como objetivo principal levantar questões sobre o grupo de produção São Lucas, referente a sua efetivação e seu desenvolvimento na comunidade, identificando se o modelo de economia solidária é favorável e se responde às demandas aqui colocadas.

A abordagem foi realizada com as quatro pessoas que compõem o grupo de produção, com uma pessoa da comunidade, com o pároco, e com a Ação Social Arquidiocesana - ASA.

As questões para o grupo de produção, foram direcionadas ao trabalho realizado, abordando as seguintes questões:

- o que o grupo significa para você, como ele interfere ou não na sua vida;
- quais as vantagens e desvantagens que o grupo lhe proporciona;
- o grupo recebe apoio? De quem? Como você avalia esse apoio;

Para a comunidade e para o pároco as questões foram de caráter geral, mas com o olhar sobre o grupo:

- como você vê o grupo na comunidade;
- como você avalia essas iniciativas dos grupos alternativos;
- na sua opinião como a paróquia / comunidade, pode contribuir para o crescimento do grupo;

As questões elaboradas para a Ação Social Arquidiocesana, compreenderam um quadro mais amplo de visualização da economia solidária:

- como visualiza as ações da economia solidária hoje;

- como a ASA avalia o trabalho dos (as) Assistentes Sociais nos grupos alternativos, principalmente, o grupo de produção São Lucas.

Tendo presente essas questões, e com base nas respostas, apresentamos uma análise geral do que foi apreendido no questionário, sendo que este ainda será um instrumento para a construção de novas iniciativas junto ao grupo.

Sendo assim, os membros do grupo vêem o trabalho realizado como algo que resulta em esperança de dias melhores e novas perspectivas, para uns uma oportunidade de aprendizado que respingará diretamente no sustento da família, e para outros o primeiro emprego. Todos têm clareza da importância do grupo em suas vidas: aumento da auto-estima, as novas relações construídas na comunidade, aumento da renda familiar, enfim, o grupo proporcionou uma melhora na vida das pessoas.

No início dos trabalhos, observamos que haviam mais pessoas envolvidas, porém com o aumento das demandas e dos compromissos, as pessoas foram percebendo que o projeto de grupo alternativo de geração de renda, constituía-se em um novo formato, diferente das experiências antes vividas. Àqueles que não se adequaram com a proposta da economia solidária, foram tomando outros rumos e se afastaram do Grupo São Lucas.

Durante todo o processo inicial do grupo, a ASA e a Paróquia estiveram presentes, na assessoria, na questão organizacional e com incentivos e cedência de espaço físico. Porém, o grupo percebe que se faz necessário um acompanhamento permanente de ambas entidades.

Assim, a economia solidária vem se consolidando no grupo de produção, com alguns desafios a serem enfrentados, principalmente aos profissionais do Serviço Social, por ser ainda um campo a ser explorado.

3.3 Perspectivas e desafios: o Serviço Social nas experiências de economia solidária

A Economia Popular Solidária compreende uma alternativa de trabalho, que visa o auto-sustento, bem como a participação nos espaços de discussão de políticas públicas, objetivando uma sociedade mais humana, solidária e participativa.

Segundo Singer (2002, p.110) "ter um emprego em que seja possível gozar os direitos legais e fazer carreira passou a ser privilégio de uma minoria". E ainda

na realidade, pela presença do desemprego em massa, a situação dos trabalhadores que continuam empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a "flexibilização" de seus direitos e a redução de salários diretos e indiretos (SINGER, 2002, p.110).

A Economia Solidária propõe portanto, uma transformação social, e a construção de novas relações entre as pessoas, minimizando as resistências e desafios encontrados na sociedade, oportunizando um trabalho e renda, e buscando uma maior participação e concretização de políticas públicas.

A complexa realidade na área econômica, social, política e também cultural, compreende um conjunto de conseqüências nem sempre favoráveis ao crescimento da população enquanto qualidade de vida, cidadania, direitos e deveres, atingindo a grande parte da população desprovida de direitos básicos como a moradia, alimentação, saúde, etc.

Concordando com Pochmann (2001), vivemos na "década dos mitos" em que poucas coisas são reais, além da moeda brasileira. Ainda nesta idéia podemos entender que:

Toda essa complexa realidade que expressa a atualidade das relações de trabalho não deixa de ser fruto do atual processo de reorganização da economia brasileira que atinge desigualmente os atores sociais relevantes. (POCHMANN, 2001, p. 160)

É preciso continuar a acreditar nessa nova proposta de organização da economia, garantindo os direitos de cada cidadão no contexto social, político, econômico e cultural. Acreditando que é possível absorver a economia solidária como uma "nova economia", não como, problematiza Pochmann (2001, p.62) "sendo a indústria de tecnologias de informação e comunicação", justificado pelo lado produtivo, capitalista, mas, conforme Singer (2002, p. 114) "uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., *uma vida melhor*". E acrescentaria ainda, mais justa, igual e solidária.

Pensemos também, qual o futuro de toda essa perspectiva, ou como coloca Barelli (2002) qual o futuro do emprego? Este autor ressalta que : "as questões do emprego e de relações trabalhistas ocupam hoje no Brasil uma posição central quando se discutem temas como competitividade, desenvolvimento econômico e distribuição de renda" (BARELLI, 2002, p. 19). Essas três questões são também presentes na economia solidária, numa ótica diferenciada do que aborda o autor, através do empreendedorismo capitalista. Sendo a competitividade representada pela solidariedade - todos têm o direito de comercializar e crescer - , o desenvolvimento é coletivo e a distribuição de renda é igualitária.

Mas, de acordo com Singer

se a economia solidária for apenas uma resposta às contradições do capitalismo no campo econômico, seu crescimento poderá se desacelerar no futuro e, pior, ela não passará de uma forma complementar da economia capitalista (...) em suma, a economia solidária só teria perspectivas de desenvolvimento se a economia capitalista mergulhasse numa depressão longa e profunda (como a da década da 1930, por exemplo) ou se a hegemonia da burguesia rentista mantivesse a economia da maioria dos países crescendo sempre menos que a elevação da produtividade do trabalho (SINGER, 2002, p. 114).

A economia solidária é portanto, mais do que uma resposta, deverá ser, como foi em seu princípio: *uma alternativa superior ao capitalismo*, já concordando com Singer. E para que seja uma prática real é imprescindível o trabalho em rede, produzindo sobretudo a igualdade de direitos. Sem que para isso tivesse que depender das contradições do modelo capitalista, possuindo uma dinâmica própria, na construção do “novo homem e da nova mulher”, atores sociais, de direitos garantidos, pela inserção no trabalho digno e solidário.

Segundo Gaiger (2004, p 136)

a consolidação da economia solidária vincula-se radicalmente à existência de Redes. As Redes de Economia Solidária interligam os empreendimentos econômicos solidários, realizando ações coletivas conjuntas, o que confere a todos um novo potencial de expansão e um aprimoramento do coletivo.(...) nesta rede as trocas se dão prioritariamente no *aspecto econômico*, mas é importante dizer que sempre se cruzam três dimensões: econômica, política e cultural.

Essa consolidação já é real em algumas iniciativas como a Unitrabalho, Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho, que veio consolidar as Universidades em torno de ações em prol do conhecimento e da emancipação do mundo dos trabalhadores, "veio com naturalidade a integrar os esforços, teóricos e práticos, de compreensão e de propulsão das iniciativas de economia solidária" (GAIGER, 2004, p.09).

Parafrazeando Arruda (2003, p. 239) no contexto de rede, a economia solidária vem se multiplicando em nível local (redes locais e estaduais), nacional (Rede Brasileira, Grupo Peruano de Economia Solidária, Grupo de Economia Solidária de Quebec, Inter-redes de Economia Solidária da França), regional (como a Rede Latino-Americana de Socioeconomia Solidária), e global (Coalizão Rural de Trabalhadores Rurais e Povos indígenas do México e EUA, Rede Global de Sócio Economia Solidária etc.), reafirmando sua importante atuação no campo social, político, econômico e cultural. Uma atuação reforçada pelos sistemas de comunicação eletrônica

e, principalmente, com o Fórum Social Mundial que “tem permitido não apenas o encontro de ativistas e intelectuais orgânicos da economia solidária, mas também a preparação de eventos como conferências, seminários e oficinas temáticas através da colaboração solidária entre as redes em nível internacional.” (ARRUDA, 2003, p.240).

E ainda, no contexto do trabalho em rede, citamos a Rede de Trocas e a Rede de Colaboração Solidária. De acordo com Dutra, a troca ou escambo é a "forma de intercambiar produtos e serviços por outros objetos e serviços, diretamente, sem a utilização de dinheiro" (DUTRA, 2002, p.09) uma ação que vem de encontro à proposta da economia solidária, na formação de um trabalho em rede. A Rede de Colaboração Solidária consiste em gerar trabalho e renda para desempregados, marginalizados, que desejam construir novas relações de produção e uma nova sociedade em que não haja exploração das pessoas (MELO, 2003, p.80).

Entre perspectivas e desafios, percebemos ainda que

a economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescente de toda a população oportunidades concretas de auto-sustento, *usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona*. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiros e científico-tecnológico solidários (SINGER, 2002 p. 120).

Contudo, para essa efetivação, é imprescindível um processo de formação contínua, conscientizando os indivíduos na construção deste possível modelo econômico, e que viabilize a constituição de grupos alternativos e redes solidárias. Tendo presente os obstáculos encontrados pelos pequenos empreendimentos autogestionários geralmente caracterizados

por deficiências gerenciais e dificuldades de acesso aos mercados, que são agravadas pela ausência de políticas adequadas não só aos atores sociais, como ao porte destas iniciativas. A falta de formulação e adoção de estratégias de negócios e de comercialização apropriadas, representam fatores restritivos que impedem o seu fortalecimento (SOUZA, 2002, p. 155).

O entendimento deste contexto é fundamental na atuação de um profissional do Serviço Social, que através de encaminhamentos procura resolver, encaminhar, uma particularidade, diante de uma demanda cheia de diversidades, geralmente excluída e desprovida de direitos. O Assistente Social, nem sempre tem a solução, mas é preciso indicar o caminho, abrir possibilidades e dar oportunidade e esperança àqueles que vivem à mercê dos direitos e da justiça. Como respalda todo o **Art. 5º, do código de ética**, das relações com os usuários, entre os deveres do Assistente Social, está o de "contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados". E concordando com Yamamoto (2000, p.78) "os princípios constantes no Código de Ética são focos que vão iluminando os caminhos a serem trilhados".

Abordamos também outra questão imprescindível nesta análise do Serviço Social: a socialização de informações. Esta questão foi percebida durante todo o período de estágio entre os profissionais da ASA, que articulavam em conjunto as atividades referentes à economia solidária, transpondo barreiras, minimizando as dificuldades e absorvendo mais resultados positivos.

A socialização referente aos direitos sociais, como aborda Silva (2000, p. 14) "é uma ação profissional que fortalece o usuário no acesso e no processo de mudança da realidade na qual se insere, na direção da ampliação dos direitos e efetivação da cidadania".

Esta foi portanto, nossa proposta inicial com o grupo de produção São Lucas, que a partir de uma realidade, discutir, promover e encaminhar ações concretas, tendo presente a inter-

relação, buscando um processo de mudança individual e coletivo, com a ampliação e efetivação de direitos, entre eles a cidadania e o bem estar social.

Concluimos ainda com Yamamoto (2000, p. 17), tendo presente que:

“o momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente, é preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários”.

Sem esquecer de que nossos pés devem estar no "chão", e repito: *para que seja real, e não um mito, a nossa prática.*

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contradições postas pelo sistema capitalista, tem gerado sérias conseqüências e transformações, principalmente no mundo do trabalho, gerando uma sociedade desigual e desprovida de direitos. De um lado está a exclusão, a marginalização, o aumento do desemprego, e de outro, a auto organização da sociedade civil, na busca de minimizar essas contradições e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse processo, temos configurado vários desafios para a efetivação da economia solidária e na atuação dos profissionais, principalmente do Serviço Social, presentes no enfrentamento das expressões da questão social.

O modelo da economia solidária é uma das formas pela qual a sociedade vem se organizando, através dos grupos alternativos de geração de trabalho e renda. Um modelo que vem ganhando espaços por sua ideologia participativa, de construção da cidadania e de uma vida mais humana e solidária.

A partir dos trabalhos realizados por ONGs, Igrejas, Incubadoras Universitárias e pelos movimentos sociais, a economia solidária começou a se expandir, avançando outras formas de organizações do trabalho.

Os programas e projetos desenvolvidos por organizações governamentais e da sociedade civil para a economia solidária, que vêm sendo implementados nos últimos anos, indicam a existência de um acúmulo de práticas que devem ser sistematizadas, para subsidiar a formulação de políticas públicas de economia solidária. Para isso, faz-se necessário identificar e analisar as práticas de economia solidária existentes hoje no Brasil e construir alternativas para seu funcionamento.

A discussão da economia solidária é uma proposta que merece atenção também na formação acadêmica, no que se remete a teoria e prática de ação, por compreender um amplo espaço de atuação do assistente social, considerando o que prevê o Código de Ética, suas competências teórico-metodológicas e seu projeto ético-político. Investindo, aproximando, por exemplo, dos trabalhos realizados pelas incubadoras na Universidade Federal de Santa Catarina.

Trazendo presente os objetivos desta pesquisa, consideramos que estes foram alcançados, no entendimento da economia solidária e na atuação do Serviço Social nessa área.

Porém, precisamos avançar na discussão e na promoção de uma economia que possa compreender os indivíduos em sua totalidade, como ser de direitos, deveres, que carregam sonhos, enfim, inclusos na sociedade. Promovendo debates, seminários, especializações, processos de formação contínua, que possam também auxiliar as entidades e organizações, principalmente populares, que defendem esse modelo econômico.

Essa formação contínua se faz necessária ao Grupo de Produção São Lucas, em comunhão com um apoio mais próximo ao grupo (acompanhamento, assessoria), dando continuidade ao trabalho desenvolvido pela ASA, e aumentando o campo de participação da Paróquia e Ação Social São João Evangelista de Biguaçu .

O Grupo São Lucas, com sua grandeza e humildade, mostrou-se mais preparado nas relações humanas construídas, pois foram além do espaço de produção, no envolvimento com a família, com as pessoas do grupo e com a comunidade.

Contudo, consideramos que o grupo entendeu a proposta da economia solidária, por acreditar que o centro de tudo são as pessoas e não a economia, o capital, e por transparecer nas pessoas que permanecem o perfil da economia solidária.

Assim, é fundamental que o Assistente Social esteja neste espaço, intervindo com questões que vão além das emergenciais, voltando-se cada vez mais para a discussão, construção e concretização das políticas públicas. Pois, um modelo de sociedade baseado na economia solidária, poderá ser real no momento em que haja uma construção coletiva, voltada para a cidadania e para a efetivação dos direitos essenciais à vida de cada indivíduo.

Essas são algumas pistas de ação, que partiram do envolvimento com este trabalho, e do acompanhamento ao grupo ao longo desses três anos. Porém acreditamos que uma prática profissional construída a partir da participação popular e do envolvimento dos sujeitos, apontarão novas e desafiadoras pistas de ação.

5-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, M. Desenvolvimento Comunitário e Auto gestão. In: **Auto gestão e economia solidária. Uma nova metodologia**. Anteg. São Paulo, 2004.

ARRUDA, M. **Socioeconomia solidária: construindo a democracia econômica**. Série: semeando Socioeconomia nº2 - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS - 2000

BAPTISTA, V. M. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora, 2002.

BARELLI, W. **O futuro do emprego**. São Paulo: Lazulli, 2002.

BRASÍLIA. Ministério do Trabalho e Emprego. **Secretaria Nacional de Economia Solidária**. Brasília, 2003

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. São Paulo: Cortez/CFESS, 1996.

DUTRA, E. **Economia Popular Solidária e Comercialização: Caminhos para a construção de novos valores - cartilha 1 Relatório do Encontro de Fórum Mineiro de EPS**. Belo Horizonte, 2002.

FERREIRA, D. M. **A relação idoso-voluntário nos grupos assessorados pela Ação Social Arquidiocesana**. Florianópolis, 1998. 71p. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

FLORIANÓPOLIS. **Estatuto**. Ação Social Arquidiocesana. Florianópolis, 2003.

FLORIANÓPOLIS. **Relatório**. Ação Social Arquidiocesana. Florianópolis, 2003.

PEDRINI, D. M., PRIM, L. F., SANTOS, N. R. Apontando caminhos: a solidariedade na economia catarinense. In: GAIGER, I. G. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de administração de empresa**. São Paulo:EAESC, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LUDKE, M, ANDRE, M. **Pesquisa qualitativa em educação: abordagem**. São Paulo:ETU, 1996.

MELO, N. **Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas, ponto a ponto**. Fortaleza: Expressão gráfica, 2003.

MINAYO, M.C.S. Ciência técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M.C.S.(org). **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo**. 7ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

NILSSON, V.I. G. **Ação Voluntária: "ser com o outro"**. Florianópolis, 1995. 70p. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

OLIVEIRA, C. C. **Serviço Social e empreendimentos populares: uma alternativa de trabalho e renda às comunidades empobrecidas**. Florianópolis, 2001. 120p. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

POCHMANN, M. **A década dos mitos**. O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, M. L.. **O trabalho com grupo e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

RONCONNI, L. F. de A. **Gestão Social e economia Solidária: desafios para o serviço social**. Florianópolis, 2003. 228p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

SATO, L. ESTEVES, E. **Autogestão: Possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo peculiar.** CUT, 2002.

SILVA, C. **Tematizando a relação idoso e voluntário na busca da construção da cidadania.** Florianópolis, 1998. 141p. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, R. M. A.(org). **Vinte anos de economia solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PAC's à EPS.** Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, M. C.M. **A comercialização na economia solidária.** São Paulo, 2002.

VERGARA, S. **Projetos e relatórios em administração.** São Paulo: Atlas, 1998.

APÊNDICE

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio Econômico
Departamento de Serviço Social

Pesquisa semi-estruturada realizada com o Grupo de Produção São Lucas de Biguaçu, para verificar os alcances da economia solidária, sendo um dos instrumentos de avaliação para conclusão da monografia da acadêmica Kreize Fernanda de Souza.

Pesquisado: Grupo de Produção São Lucas

Nome: _____

1 - O que o grupo significa pra você, como ele interfere ou não na sua vida?

2 - Quais as vantagens e desvantagens que o grupo lhe proporciona?

3 - O grupo recebe apoio? De quem? Como você avalia esse apoio?

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio Econômico
Departamento de Serviço Social

Pesquisa semi-estruturada realizada com o Grupo de Produção São Lucas de Biguaçu, para verificar os alcances da economia solidária, sendo um dos instrumentos de avaliação para conclusão da monografia da acadêmica Kreize Fernanda de Souza.

Pesquisado: Comunidade Jardim Saveiro e Paróquia São João Evangelista

Nome: _____

1 - Como você vê o grupo na comunidade?

2 - como você avalia essas iniciativas dos grupos alternativos?

3 - na sua opinião como a paróquia/comunidade podem contribuir para o crescimento do grupo?

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio Econômico
Departamento de Serviço Social

Pesquisa semi-estruturada realizada com o Grupo de Produção São Lucas de Biguaçu, para verificar os alcances da economia solidária, sendo um dos instrumentos de avaliação para conclusão da monografia da acadêmica Kreize Fernanda de Souza.

Pesquisado: Ação Social Arquidiocesana

Nome: _____

1 – Como você visualiza as ações da economia solidária hoje?

2 - Como a ASA avalia o trabalho dos Assistentes Sociais nos grupos alternativos, principalmente o grupo de produção São Lucas?
